

Repertórios e *performances* no ativismo feminista transnacional

Rosângela Marione Schulz

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política / Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL/UFPel)

Cláudia Tirelli

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC)

Recebido: 02/04/2020 Versão revisada (entregue): 14/08/2020 Aprovado: 15/08/2020

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir o ativismo feminista transnacional através do exame de diferentes repertórios de ação utilizados na Marcha Mundial das Mulheres e na Marcha das Vadias. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, discutem-se as potencialidades do uso das noções de redes transnacionais de ativismo e de repertórios e *performances* de ação para a compreensão das novas formas de ativismo feminista. Inicia-se com uma recuperação da trajetória de construção do movimento feminista e das principais abordagens que procuraram explicá-lo. Segue, então, uma discussão sobre a noção de transnacionalidade e seus efeitos para a compreensão do movimento feminista. Faz-se, em seguida, uma descrição do processo de constituição e de organização da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Vadias. Por fim, é proposta uma reflexão sobre o uso das categorias de repertório de ação e *performance* para discutir o ativismo feminista transnacional.

Palavras-chave | Ativismo feminista transnacional; Marcha das Vadias; Marcha Mundial de Mulheres; *performance*; repertório de ação.

Classificação JEL | F69 J16 K38

Repertoires and *performances* in transnational feminist activism

Abstract

The article aims to discuss transnational feminist activism by examining different repertoires of action used in the World March of Women and the Slutwalk. Through documentary and bibliographic research, it is discussed the potential of using the notions of transnational activism networks and repertoires and performance actions to understand the new forms of feminist activism. It begins with a recovery of the trajectory of both the construction of the feminist movement and the main approaches that tried to explain it. Then follows a discussion on the notion of transnationality and its effects on the understanding of the feminist movement. Then, a description of the process of constitution and organization of the World March of Women

and the March of Sluts is made. Finally, a reflection is proposed on the use of the categories of action and performance repertoire to discuss transnational feminist activism.

Keywords | Performance; repertoire of action; SlutWalk; transnational feminist activism; World March of Women.

JEL Classification | F69 J16 K38

Repertórios y *performance* del activismo feminista transnacional

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir el activismo feminista transnacional, examinando diferentes repertorios de acción utilizados en la Marcha Mundial de las Mujeres y en la Marcha de las Putas. Utilizando investigación documental y bibliográfica, se discuten las potencialidades de las nociones de redes de activismo transnacional y de repertorios y *performance* de acción para comprender las nuevas formas de activismo feminista. Se inicia con una recuperación de la trayectoria de construcción del movimiento feminista y de los principales enfoques que intentaron explicarlo. Luego, sigue una discusión sobre la noción de transnacionalidad y sus efectos en la comprensión del movimiento feminista. A continuación, se hace una descripción del proceso de constitución y organización de la Marcha Mundial de las Mujeres y la Marcha de las Putas. Finalmente, se propone una reflexión sobre el uso de las categorías de repertorio de acción y *performance* para discutir el activismo feminista transnacional.

Palabras clave | Activismo feminista transnacional; Marcha de las Putas; Marcha Mundial de las Mujeres; *performance*; repertorio de acción.

Clasificación JEL | F69 J16 K38

Introdução

O movimento feminista tem mais de um século de existência e, ao longo desse período, passou por modificações significativas em relação a sua abrangência, demandas e formas de mobilização, o que já não permite utilizar a categoria feminismo no singular. Essas mudanças têm trazido, nas últimas décadas, uma série de novas questões e dilemas para as/os pesquisadoras que buscam analisar o movimento em sua diversidade, entre as quais destaca-se a adoção de novos repertórios e performances que se propagam nos ativismos feministas transnacionais.

Embora a transnacionalidade não constitua uma novidade para o campo movimentista dos feminismos (ALVAREZ, 2014), as mobilizações recentes têm ampliado a complexidade da investigação, na medida em que apresentam repertórios de ação e performances que contrastam com o modelo hegemônico de

atuação feminista e evidenciam a diversidade do ativismo feminista transnacional. Essas novas formas de atuação, discutidas aqui por meio da análise de duas mobilizações de mulheres — a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Marcha das Vadias (MV) — têm trazido novos desafios aos pesquisadores da área, pois requerem a construção (ou revisão) de ferramentas conceituais para a sua compreensão. Este artigo pretende contribuir para esse debate a partir da discussão sobre as potencialidades do uso das noções de redes transnacionais de ativismo e de repertórios e performances de ação.

O texto encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução e dos comentários finais. Na primeira seção, retoma-se a trajetória de construção do movimento feminista e das principais abordagens que procuraram explicá-lo. Na segunda seção, discute-se a noção de transnacionalidade e seus efeitos para a compreensão do movimento feminista. Em seguida, na terceira seção, descreve-se o processo de constituição e de organização da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Vadias. Por fim, na última seção, propõe-se uma reflexão sobre o uso das categorias de repertório de ação e performance para discutir o ativismo feminista transnacional.

A construção do movimento feminista e suas interpretações

A divisão temporal em ondas é a mais conhecida das classificações dos feminismos¹. A primeira onda, focada na luta pela cidadania e pela igualdade de direitos, iniciou na Inglaterra ainda no século XIX, se expandindo pelo Norte e depois para os continentes do hemisfério Sul. Naquele momento, o feminismo centrava-se na construção de uma rede que articulasse uma base comum de reivindicações, como demonstrou a luta pelo sufrágio feminino. A segunda onda, iniciada após a 2ª Guerra Mundial, resultou da percepção de que, apesar dos avanços, as mulheres continuavam alijadas das decisões políticas. Visando fazer frente a esse quadro, o movimento projetou novos questionamentos focados nos valores culturais que dominavam as relações de poder, ou seja, no patriarcalismo, modelo que mantinha as mulheres isoladas do espaço público e das decisões, mesmo quando incluídas no sistema de produção capitalista. A igualdade de condições não era mais a única pauta, e a luta pelo reconhecimento da diferença passou a ser incorporada às reivindicações do movimento. Nesta segunda onda, o movimento já havia ampliado de forma significativa as suas redes de comunicação internacional. A chamada terceira onda coincide com a crise do capitalismo que levou à hegemonia do modelo

¹ Em geral se referem a três ou quatro ondas, pois as acadêmicas europeias consideram as pensadoras do Iluminismo como uma primeira onda, enquanto as anglo-saxãs distinguem apenas três ondas feministas que iniciam com o movimento sufragista do século XX (AMORÓS; MIGUEL, 2010). No artigo utilizamos a tipologia anglo-saxã.

neoliberal. Este processo resultou na fragmentação do sujeito único. As outras mulheres — negras, indígenas, lésbicas — passam a questionar o modelo hegemônico representado pela mulher branca heterossexual. Esta fragmentação possibilita a eclosão de novos feminismos, coletivos com múltiplas bandeiras, práticas e performances. Nesta terceira fase, a multiplicidade de sujeitos e ações se refletiu na expansão de redes nacionais e internacionais, facilitadas pela difusão das comunicações, sobretudo, da internet (PINTO, 2010)².

Ao longo do período de construção do feminismo, o movimento produziu sua própria reflexão crítica, ou seja, desenvolveu uma teoria feminista. A construção de uma teoria própria, obviamente, não impediu que a perspectiva feminista fosse objeto de outros olhares teóricos, particularmente daqueles que se dedicaram a compreender, a partir do final dos anos de 1970 e ao longo da década de 1980, os chamados novos movimentos sociais. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), fortemente influenciada pelos estudos de Touraine, Habermas e Melucci, buscava compreender os novos temas e agentes das mobilizações coletivas surgidos no capitalismo pós-industrial, momento em que a produção industrial e o trabalho deixavam de ter a centralidade de outrora. Os estudos produzidos dentro dessa perspectiva valorizavam os fatores culturais e identitários presentes nos movimentos sociais, os quais passavam a ser vistos como novos atores sociais. (ALONSO, 2009).

No decorrer da década de 1990, a TNMS começa a ser ofuscada por outros dois modelos explicativos das ações coletivas: o modelo centrado na categoria de sociedade civil e o modelo do confronto político. O primeiro ganhou força a partir da retomada e aprofundamento dos estudos de Habermas realizados por Cohen e Arato, no já clássico *Civil Society and Political Theory*, publicado em 1992. Este modelo interpretava a sociedade civil como sendo o espaço dos múltiplos atores que deveriam influenciar o sistema político, de forma que as demandas provenientes do mundo da vida pudessem chegar aos espaços de representação política. Os atores da sociedade civil, nessa perspectiva, adquiriram feições fortemente normativas e, por vezes, excludentes, pois muitos grupos sociais não hegemônicos encontravam-se alijados da possibilidade de participação na esfera pública e não representavam os ideais normativos previstos no modelo (laicidade, horizontalidade etc.) (COHEN; ARATO, 2000)³.

O segundo modelo apresenta como categoria central o confronto político (*contentious politics*). Assim como ocorreu no modelo baseado na sociedade civil, o confronto político não é um conceito novo, mas (re)atualizado. Ao buscar construir uma

² A classificação dos feminismos em ondas tem sofrido críticas, especialmente por parte das feministas negras, as quais apontam que o ativismo feminista de mulheres negras esteve presente em todos os períodos (DAVIS, 2016; JABARDO, 2012).

³ Este modelo foi amplamente debatido e criticado por importantes teóricas feministas anglo-saxãs como Young (2000), Benhabib (1996) e Fraser (2007).

síntese teórica e empírica de suas pesquisas sobre as ações coletivas de confronto, McAdam, Tarrow e Tilly lançaram, em 1996, um artigo intitulado “Para mapear o confronto político” (*To map contentious politics*), lançando as bases, naquele momento, do que viria a se constituir como a Teoria do Confronto Político (TCP). Esta perspectiva de análise partia de conceitos desenvolvidos dentro da Teoria do Processo Político (TPP) e da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) nos Estados Unidos, acrescida de elementos de ordem cultural que permitissem a compreensão dos processos de mobilização (conceitos de repertório e de *frames*) (DELLA PORTA; DIANI, 2015). Segundo Alonso (2009), tanto a TMR quanto a TPP sofreram críticas por subestimarem os aspectos culturais na explicação das ações de confronto político, carência que os autores da TCP buscavam suprir. Um dos elementos centrais dessa síntese teórica é a indissociabilidade entre as ações coletivas de confronto e a institucionalidade política. Ou seja, nessa abordagem, a busca pela compreensão das diversas formas de mobilização social, as quais podem se constituir ou não em movimentos sociais, deve atentar para as inter-relações entre desafiantes e desafiados, em geral tendo como uma das partes envolvidas o Estado e suas forças repressivas. Nesta perspectiva, a percepção dos desafiantes acerca das mudanças nas oportunidades e restrições é que possibilitaria entender a emergência das ações coletivas de confronto em determinadas conjunturas e as formas de enfrentamento que são adotadas, as quais podem ser cooperativas ou violentas e disruptivas (TARROW, 2009). A despeito dos avanços aportados pela perspectiva do confronto político, vários estudos têm apontado para os limites dessa abordagem que concebe, de um lado, as mudanças nas oportunidades e nos constrangimentos políticos e, de outro, o surgimento das ações contenciosas. Essas análises críticas chamam atenção para a necessidade de se considerar os campos relacionais que envolvem os movimentos sociais, os quais podem abarcar, além das instituições políticas, também os contramovimentos, os movimentos sociais aliados e diversos tipos de organizações sociais. Nesta perspectiva, todos esses atores podem influenciar, sob distintas condições, a adoção de novos repertórios de ação e *frames* (quadros interpretativos) por parte dos movimentos (GOLDSTONEB, 2004; BARCELOS; PEREIRA; SILVA, 2017).

Apesar dos limites citados, considera-se que os conceitos de repertório da ação coletiva e de performance desenvolvidos dentro da TCP podem ser profícuos para se refletir sobre os dilemas interpretativos trazidos pelo ativismo feminista transnacional, particularmente em relação a duas mobilizações contemporâneas: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Marcha das Vadias (MV).

Uma década separa a criação da Marcha Mundial das Mulheres da *SlutWalk* (chamada de Marcha das Vadias no Brasil). Neste período, o movimento feminista passou por diversas modificações e obteve conquistas importantes. Os avanços em termos de direitos das mulheres e direitos humanos foram significativos, com a inclusão das reivindicações feministas por parte de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU). O período também foi

marcado pela forte atuação de organizações feministas e de mulheres na formulação e implementação de políticas públicas nas democracias que emergiram na América Latina (MATOS; PARADIS, 2013).

As duas marchas analisadas nasceram no Canadá, sendo que a MMM foi organizada em Quebec no ano de 2000, enquanto a MV nasceu em Toronto, em 2011. As marchas têm muito mais em comum do que a origem nacional, pois apresentam similitudes em relação aos seguintes aspectos: i) se organizaram em torno de um mesmo tema geral, a violência contra a mulher; ii) nos dois casos, a mobilização nacional foi internacionalizada ao ser rapidamente absorvida por mulheres de diferentes países, as quais organizaram manifestações em distintos lugares, utilizando as redes sociais para a sua difusão, comunicação e organização; e iii) ambas se concebem como movimentos feministas transnacionais. Por outro lado, também apresentam diferenças significativas que permitem questionar se fazem parte do mesmo campo de atuação, ou seja, de um mesmo modelo de ação coletiva, o que será debatido mais adiante neste artigo.

A noção de transnacionalidade e seus efeitos para a compreensão do movimento feminista

Tarrow define movimentos sociais transnacionais “como interações sustentadas com opositores — nacionais e não-nacionais — por meio de redes de desafiantes organizados e que ultrapassam fronteiras nacionais” (2009, p. 231). É importante que os desafiantes estejam “inseridos em redes sociais domésticas e conectados entre si, de forma a ultrapassar o episódio, seja através de maneiras comuns de ver o mundo ou através de laços informais ou organizacionais, e que seus desafios sejam tão contenciosos na ação quanto na palavra” (TARROW, 2009, p. 231).

Duas categorias são centrais em seu entendimento do que conforma um movimento social transnacional: espaço e tempo. Para um movimento social ser transnacional ele necessita ir além das fronteiras nacionais sem perder de vista a manutenção de suas bases capilares locais. Precisa, ainda, de continuidade temporal, ou seja, sobreviver para além das ações pontuais que lhe deram sentido. Sem esquecer que esta dinâmica tempo e espaço requer uma complexa rede social de comunicação, difusão e recrutamento. Segundo o autor:

É difícil preencher as condições necessárias para produzir um movimento social sustentado que seja, a um só tempo, integrado em diversas sociedades, unificado em relação a seus objetivos e organização e capaz de organizar o confronto contra uma grande quantidade de alvos (TARROW, 2009, p. 233).

O autor apresenta três exemplos: (a) o Greenpeace, movimento social ambiental que nasceu com a internacionalização de muitos movimentos locais que tinham objetivos comuns, com vasta rede social de comunicação, difusão e recrutamento, fatores que geram repertórios e performances diversificadas que sobrevivem no tempo; (b) os movimentos pela paz europeus e americanos dos anos 1980, criados como uma reação à posição internacional beligerante dos Estados Unidos, os quais possuíam um oponente claro, embora faltasse, segundo o autor, uma “única organização hierárquica”; e (c) o fundamentalismo islâmico, movimento que se apresenta de forma diversa em diferentes regiões, tendo em comum o fato de desafiar ou minar governos (TARROW, 2009, p. 231).

Enfim, na perspectiva do autor, para um movimento social ser transnacional necessita cumprir alguns requisitos: i) difusão através das fronteiras, ou seja, comunicação de ideias, formas de organização ou desafios “a alvos semelhantes de um centro de confronto para outro” (TARROW, 2009, p. 233); ii) troca política transnacional, que implica em uma cooperação temporária entre atores “essencialmente nacionais que identificam um interesse comum ou um conjunto de valores numa configuração política particular” (TARROW, 2009, p. 235); e iii) existência de redes transnacionais de ativismo, as quais remetem às crescentes organizações não governamentais que tecem redes ambientais, pelos direitos humanos e das mulheres, mas que, segundo o autor, não cabem no conceito de movimentos sociais transnacionais (TARROW, 2009, p. 236). As características não podem apresentar-se de forma isolada. O terceiro fator, referente às redes de ativismo transnacional, é o que nos interessa particularmente.

Os movimentos que lutam por direitos das mulheres, mesmo aqueles que não se identificam como feministas, têm suas bases assentadas no movimento feminista. Em seu conjunto, englobando os diferentes coletivos que lutam por direitos das mulheres, o movimento feminista é temático, tem opositores claros, apresenta bases nacionais sólidas e constituiu, ao longo do tempo, complexas redes de interação nacionais e internacionais. Além disso, as ações coletivas empreendidas nessas lutas se utilizam de uma grande diversidade de repertórios e performances para a sua atuação política. Muitos coletivos se constituíram em organizações não governamentais (ONGs) e se relacionam com governos, Estados e organismos multilaterais. Essas ações coletivas, segundo Tarrow (2009, p. 236), constituem redes transnacionais de ativismo, conceito desenvolvido por Margaret Keck e Kathryn Sikkink, e não movimentos sociais transnacionais. A distinção está no conceito de redes. Para Tarrow, existem redes de ativismo, as quais “são estruturas conectivas que ultrapassam as fronteiras nacionais”, e redes sociais, que “são as bases para o confronto político no interior de sociedades domésticas” (TARROW, 2009, p. 236). Apesar da diferenciação estar no campo da escala espacial, o que nos parece central é a relação de conflito dos atores sociais em relação ao Estado, ou seja, o autor limita o movimento social à atuação nacional, na medida em que percebe o mesmo como agente do confronto com o Estado Nacional.

Se nossa percepção está correta, para além da complexidade dos feminismos, outra questão faz com que Tarrow não conceba os movimentos que lutam por direitos das mulheres como movimentos sociais transnacionais. Com o processo de institucionalização, muitos movimentos se converteram em organizações não governamentais e passaram a compartilhar amplas e complexas relações com Estados, governos e organismos multilaterais, em muitos casos atuando em várias frentes. Abers e Bülow (2011) atentaram para a dificuldade da perspectiva teórica do confronto político em trabalhar o ativismo através das fronteiras entre Estado e sociedade. No caso do movimento feminista no Brasil, vários coletivos optaram por fundar organizações não governamentais e muitas ativistas foram convidadas a ocupar cargos em secretarias estaduais e ministérios para participarem da construção de políticas públicas voltadas às mulheres em programas de combate à violência doméstica ou na implementação de políticas focadas em direitos humanos. Esse processo foi amplamente criticado por parte de setores do feminismo contrários à presença de feministas na política institucional (PINTO, 2010; MATOS; PARADIS, 2013).

Como não é nosso objetivo neste artigo discutir se o movimento feminista e o movimento de mulheres são movimentos sociais, vamos considerar as lutas por direitos das mulheres e, por consequência, o movimento feminista em sua variedade, como redes transnacionais de ativismo, assim definido:

Uma rede transnacional de ativismo inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente por uma questão, que estão ligados por valores compartilhados, por um discurso comum e por densas trocas de informações e serviço (KECK; SIKKINK, 1998, *apud* TARROW, 2009, p. 236).

De acordo com essa definição das autoras, as redes centram a sua atenção em áreas temáticas e envolvem atores de organizações não governamentais, governamentais e intergovernamentais que mobilizam informações e buscam ganhar poder sobre organizações e governos mais fortes (KECK; SIKKINK, 1998, *apud* TARROW, 2009). Tarrow utiliza o conceito, porém, impõe um limite ao destacar de forma excessiva a presença das organizações não governamentais internacionais e do aporte financeiro que recebem dos governos do Norte Global. Se a interferência de ONGs internacionais sediadas em países ricos do Hemisfério Norte sobre comunidades e populações pobres de países do Sul foi uma verdade, há algum tempo este quadro sofreu alteração. Inclusive a mudança observada pode ser fruto dessa densa relação entre as redes de ativismo transnacional e as redes sociais nacionais, para usar os termos do autor.

Dominique Masson, ao analisar a escala da transnacionalidade dos movimentos sociais e de mulheres, contribui para o debate sobre os efeitos do ativismo

transnacional. Para a autora, uma organização para ser transnacional necessita da “institucionalização de estruturas organizacionais que reúnem os participantes através de fronteiras nacionais em torno de uma agenda comum” (MASSON, 2006, p. 449). Porém, salienta que adotar uma abordagem de escala significa que:

[...] a dimensão transnacional não pode ser considerada por analistas como preexistente à ação de movimento. A escala transnacional não está aí disposta apenas para ser usada: como qualquer outra escala de ação coletiva [...], ela tem de ser construída, material e discursivamente, para possibilitar a ação dos movimentos sociais e dos movimentos de mulheres (MASSON, 2006, p. 448).

A autora destaca que “ao se tornarem transnacionais, os movimentos ‘sobem na escala’, e, ao fazê-lo, encontram novos desafios” que podem gerar mudanças qualitativas (MASSON, 2006, p. 449)⁴.

A próxima seção irá apresentar o processo de construção e de organização da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Vadias, ressaltando suas principais características e pontos de convergência e de dissenso.

A Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias

As duas marchas analisadas neste artigo podem ser compreendidas como redes transnacionais de ativismo que, embora partam de um tema geral comum — a violência contra as mulheres⁵ — adotam práticas distintas, ou seja, diferem nos seus repertórios de ação e nas suas performances.

No primeiro momento, nossa proposta foi a de buscar, como o fizeram Bringel e Falero (2008, p. 276), o traço distintivo no transnacionalismo das marchas analisadas, identificando “as convergências de identidades e solidariedades, as novas formas de organização, a construção de subjetividades coletivas que transcendam o marco referencial local ou nacional”. Todavia, sentimos a necessidade de contemplar os discursos em disputa, conflitivos em muitos momentos, que dão sentido às duas marchas. A seguir, retomam-se as principais características que marcaram a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Marcha das Vadias ao longo de suas existências.

⁴ O debate sobre a transnacionalidade do feminismo tem se tornado ainda mais complexo, cruzando com uma diversidade de temáticas acadêmicas. Exemplos da amplitude desse debate podem ser vistos nas seguintes autoras: Patil (2011), Nagar (2002), Thayer (2001) e Piscitelli (2014).

⁵ A Marcha Mundial das Mulheres também considera central o tema da pobreza feminina.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) nasceu no Canadá, em 2000⁶, inspirada por uma manifestação ocorrida em 1995, no Quebec, quando 850 mulheres marcharam por 200 quilômetros clamando por “pão e rosas”, denunciando a violência e a pobreza enfrentadas pelas mulheres. Este movimento propôs como marca a constância da atuação pontual simbolizada pela frase “Estaremos em marcha até que todas sejamos livres”. A MMM já nasce com uma perspectiva de internacionalização, pois desde o princípio buscou aglutinar mulheres de distintos países para organizar, a cada cinco anos, grandes ações internacionais, além das ações pontuais nos países que integram o movimento. Até o presente, a MMM realizou as seguintes ações internacionais: i) em 2000 ocorreu a primeira campanha internacional, a qual possibilitou que o movimento se expandisse para vários países do mundo e globalizasse as suas ações, obtendo a adesão de 167 países; ii) em 2005, foi redigida a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, a qual circulou da América em direção à África, passando pela Europa, incluindo em seu texto demandas de cada um dos países; iii) em 2010, foi realizado um seminário em conjunto com a Via Campesina e os Amigos da Terra, envolvendo a participação das mulheres africanas e asiáticas (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 300); iv) em 2015, a MMM promoveu ações em três continentes — América, África e Europa — com o objetivo de “compreender as realidades locais e a necessidade de transformá-las”, priorizando fortalecer a luta feminista a partir das necessidades e reivindicações existentes nos distintos territórios; e, em 2020, a MMM lançou a sua 5ª Ação Internacional, tendo como tema central das mobilizações “Resistir para viver, marchar para transformar”. Porém, a pandemia acabou por impossibilitar as ações de rua que passaram a ocorrer nas redes conectivas (online).

Ao longo de duas décadas de existência, o movimento passou por muitas modificações em função da diversidade de colaboradores e de demandas. A inclusão de coletivos de mulheres que não se constituem como sujeitos do feminismo faz parte do processo de construção da MMM, conforme a fala de Nalú Faria:

Temos uma visão de que existe um movimento de mulheres que incorpora vários setores e grupos, e não existe uma separação entre um movimento de mulheres e um movimento de feministas. Temos um movimento de mulheres com um setor feminista, e é a partir do processo de participação, de formação e de radicalização que o conjunto das mulheres vai incorporando de forma mais consciente e explícita o feminismo (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 303).

⁶ A organização da MMM teve início em 1998, a partir do 1º Encontro Internacional de Mulheres, ocorrido em Quebec, o qual contou com a participação de representantes de 65 países e territórios. Nesse encontro deliberou-se que seria realizada uma grande campanha internacional ao longo do ano 2000. Maiores informações sobre o histórico da MMM podem ser obtidas no Caderno de Apresentação da Marcha Mundial das Mulheres (CAMMM), que se encontra disponível no site <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br>, acesso em: 02 ago. 2020.

Pode-se afirmar que a MMM apresenta as seguintes características gerais:

a) **Identidade:** o discurso retrata um sujeito único, a mulher. Porém, a bandeira de luta inicial já qualifica este sujeito: o combate à pobreza inclui demandas por terra, trabalho e direitos sociais; o combate à injustiça, abrange desde temas de violência doméstica, exploração do trabalho, até discussões sobre endividamentos dos países pobres. Há forte crítica ao modelo capitalista que explora as mulheres urbanas e rurais. A Carta é um exemplo emblemático, pois a pauta multidimensional foi:

[...] se construindo à medida que passava pelos vários países: por moradia, pela reforma agrária, por salário justo, saúde, direito ao aborto, pela paz, contra a violência, o racismo, a guerra, etc. – agenda essa que vai caracterizando uma face multi-identitária de um feminismo em movimento, latino-americano e mundial (SCHERER-WARREN, 2006, p. 117).

b) **Autonomia:** a autonomia da mulher passa pela igualdade de condições com os homens na esfera privada e na vida social. Em relação ao corpo, tem como bandeira os temas clássicos do feminismo na luta por políticas públicas, ou seja, violência sexual, planejamento familiar e saúde da mulher. Apesar da MMM enunciar em seu site oficial a frase “Somos todas feministas!”, argumentando que “não existe uma separação ou hierarquia entre um movimento de mulheres e um movimento de feministas” (CAMMM, 2019, p. 2), a diversidade de realidades sociais, de atores e de organizações não permite que determinados temas caros ao feminismo, como o aborto, sejam pautas gerais⁷.

c) **Institucionalização:** é organizada em cada um dos países por um coletivo nacional. Possui uma coordenação geral e coordenações nacionais⁸ e grupos de contatos, pois há diferentes formas de pertencimento à Marcha (adesão como dinâmica permanente, adesão como campanha pontual, mobilização por chamadas internacionais). Segundo Nalú Faria, ex-coordenadora geral, no caso do Brasil a Marcha “serviu como forma de articulação do movimento” de mulheres (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 294).

d) **Rede transnacional:** a articulação em rede propicia ampla difusão de debates sobre diversos direitos (civis, políticos, ecológicos, econômicos, direitos à diferença) e, assim, consegue mobilizar diferentes grupos como ONGs, movimentos populares de mulheres, associações de mulheres do campo, partidos políticos, possibilitando ações tanto de âmbito global como local. Não se trata apenas de globalizar as lutas,

⁷ Informações sobre a Marcha encontram-se no site <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos>, acesso em: 01 de ago. 2020.

⁸ Conforme entrevista de Nalú Faria, coordenadora geral por um longo período; no ano de 2012, a MMM já atuava em 60 países e possuía grupos de contato em outros 90. Atualmente, a coordenação geral encontra-se na África.

mas, também, da “construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local” (CAMMM, 2019, p. 3). A escala global da MMM trouxe desafios e um repensar nas chamadas “ações internacionais”, dada a necessidade de trabalhar com realidades muito distintas, em alguns momentos conflitivas. Mond (2003) destacou, nesse sentido, que há uma divergência entre as feministas do Oriente Médio e da África a respeito da luta pelo reconhecimento dos direitos das lésbicas dentro da Marcha. Quase uma década depois, Nalú Faria comenta que a MMM busca a construção:

de consensos a partir de realidades muito diferentes, tanto econômicas quanto culturais, mas também de processos do movimento de mulheres no país. [...] em função dessas realidades tão distintas e das formas de opressão que há em cada país. Muitas vezes em alguns países certos temas são mais difíceis de serem assumidos por todas, em particular o tema do aborto e da sexualidade lésbica. (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 294).

A Marcha das Vadias (*SlutWalk*) também nasceu no Canadá, em Toronto, no ano de 2011, como protesto à fala de um policial sobre segurança no *campus* universitário da York University. O policial declarou que “mulheres não devem se vestir como *sluts* para não serem vitimizadas”, ou seja, que as mulheres poderiam evitar a violação ao não se vestirem como *sluts* (vagabundas, putas ou vadias) (HELENE, 2013, p. 69). A fala expressa a culpabilização das mulheres nos atos de violência a que estão historicamente submetidas. Duas alunas iniciaram uma campanha via internet e, em apenas seis semanas (03 de abril de 2011), aconteceu a primeira *Slutwalk* que, sob o lema “O que quer que eu vista, onde quer que eu vá, sim significa sim, e não significa não”, agregou 4 mil pessoas (HELENE, 2013, p. 70). A manifestação que tomou as ruas de Toronto tinha como bandeira de luta o fim da violência sexual e da culpabilização das vítimas. Além disso, demandava liberdade e autonomia das mulheres sobre seus corpos⁹ (GOMES; SORJ, 2014). A partir da internet, a manifestação se difundiu por vários países, inclusive o Brasil, onde se chama Marcha das Vadias¹⁰.

A Marcha das Vadias é bem mais recente e muito menos estudada. Sua marca até o momento parece ser a utilização do próprio corpo das ativistas como objeto de reivindicação e como instrumento de protesto. As jovens feministas utilizam seus corpos como artifícios de provocação para questionar as normas vigentes e como

⁹ Site da *SlutWalk* Toronto: www.slutwalktoronto.com/about/how.

¹⁰ A primeira marcha no Brasil aconteceu em São Paulo em 4 de junho de 2011. Logo se disseminou por várias cidades de grande e médio porte do país.

bandeiras de luta ou artefatos para expressar mensagens. As diferentes manifestações mostram corpos cobertos de dizeres, como objetos discursivos¹¹.

A Marcha das Vadias pode ser compreendida como um exemplo da dinâmica do campo movimentista feminista, pois apresenta características similares e contrastantes com outras manifestações, inclusive com a Marcha Mundial das Mulheres:

a) **Identidade:** o sujeito político do feminismo é mais diversificado e identidades não hegemônicas estão presentes, disputando legitimidade e espaços de poder no movimento feminista. Além das “jovens feministas”, as quais têm reivindicado uma identidade específica no feminismo, como um novo sujeito político, há as feministas negras, as lésbicas e as transexuais (ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011; GOMES, 2017);

b) **Autonomia:** a noção de autonomia da mulher sofre uma modificação geracional¹² e está fortemente ligada ao corpo. Ter autonomia sobre o próprio corpo “passa a se referir principalmente a um modelo de experimentação que embora não prescindia de transformação política, cultural de relações interpessoais, é vivenciada como subjetividade” pelas jovens ativistas (GOMES; SORJ, 2014, p. 438);

c) **Institucionalização:** não é institucionalizada e funciona a partir de coletivos que se organizam internamente de forma horizontal e descentralizada, sem funções específicas definidas. A internet é utilizada intensamente para o debate e organização interna (HELENE, 2013; GOMES, 2017). Inclusive não há uma página geral do movimento na internet, mas páginas que retratam cada uma das ações pontuais nas diversas edições e cidades onde aconteceram marchas.

d) **Rede transnacional:** é uma teia de ativismo que utiliza de forma emblemática as redes sociais de internet como ferramentas de organização e mobilização. A divulgação das marchas “se inicia pelo Facebook, seguida da criação de materiais específicos [...]: blogs, cartazes digitais, banners, vídeos, entre outros exemplos” (HELENE, 2013, p. 70). De maneira distinta das gerações anteriores, as quais tiveram sua atuação centrada em organizações formais e nacionais que pressionavam por políticas públicas, as jovens feministas “atuam principalmente em espaços menos visíveis em termos de escala e organização” (GOMES, 2017, p. 238).

Percebe-se que as duas marchas partem de um mesmo sujeito reivindicador: a mulher. Porém, este sujeito único logo se abre numa pluralidade: no caso da MMM, a pluralidade se mostra nos diferentes papéis ocupados pelas mulheres (mãe, esposa, trabalhadora, desempregada, agricultora, entre outros); no caso da MV, a

¹¹ A exposição do corpo por jovens já faz parte do repertório feminista, como retratado pela “queima de sutiãs” nas manifestações do final dos anos 1960.

¹² Há uma fecunda discussão sobre geração nos feminismos, estimulada pelo espriamento do movimento entre jovens (ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011; ALVAREZ, 2014; GOMES; SORJ, 2014; GOMES, 2017).

diversidade está marcada pela inclusão das temáticas do transfeminismo e das questões étnicas. Os dois exemplos demonstram que o feminismo, longe de estar esgotado, mantém capacidade de assimilar novos atores, novas práticas e gerar polêmicas. Os novos sentidos do feminismo, seja na perspectiva de ondas ou de movimentos geracionais, expressam relações de colaboração e de conflito.

A Marcha das Vadias está longe de ser um movimento consensual. “Provoca muitas reações negativas por parte da mídia *mainstream*, do público e de setores dos movimentos sociais e feminista, que reprovam o nome do protesto, o uso da nudez ou duvidam da sua capacidade de representação política” (GOMES, 2017, p. 238). Porém, é indiscutível que tem capacidade de mobilizar um público, principalmente jovens com alta escolarização, que possivelmente não se sentia contemplado em outros espaços de mobilização menos afeitos à diversidade. Além disso, a MV é inclusiva num sentido distinto daquele efetivado pela MMM, pois amplia o sujeito de luta feminista para além da mulher presente na divisão sexual binária. Por fim, e não menos importante, essa marcha tem ampliado de forma significativa os quadros feministas. Por exemplo, as ativistas lésbicas e negras, que, embora atuem em outros coletivos, percebem-se como feministas.

A Marcha Mundial das Mulheres contrasta com o jovem ativismo do MV, ao abarcar coletivos de mulheres urbanos e rurais que não se constituem como sujeitos do feminismo, muitos deles atravessados por preceitos morais e religiosos que não permitem o debate de temas controversos como a sexualidade ou o aborto. Além disso, a MMM não vê com bons olhos a regulamentação da prostituição, nem a utilização de estereótipos (vadias, putas, vagabundas) como objeto de reivindicação pelas jovens ativistas, pois estes simbolizariam a exploração cultural e econômica que as mulheres vêm sofrendo ao longo dos tempos.

Por outro lado, a Marcha das Vadias critica a institucionalização dos movimentos como a MMM, seu comprometimento com partidos, governos, ONGs internacionais e nacionais, organizações multilaterais, o que impossibilitaria a incorporação de temas “delicados” como a diversidade sexual ou o aborto.

Com base nesses apontamentos, consideramos que as duas marchas constituem redes transnacionais de ativismo feminista (ou de mulheres), porém, as suas redes domésticas e internacionais não são as mesmas, embora possamos encontrar algumas referências comuns.

Uma referência comum é que a atuação de ambas como redes transnacionais de ativismo possibilita, por um lado, a resignificação da agenda política discursiva do movimento feminista a partir de um clamor comum, ou seja, “basta de violência contra as mulheres”. Como bem coloca Masson (2006), a mudança de escala necessita ser construída discursivamente. O tema da violência que tem sido pauta permanente das lutas feministas e de mulheres é resignificado através do alargamento do sujeito mulher, trazendo para o campo de luta coletivos que estavam organizados considerando outros marcadores (sexualidade, etnia/raça), no caso da

MV, ou construindo o sujeito mulher em movimentos já consolidados sob outros temas (os coletivos de mulheres do MST são um exemplo), como acontece na MMM.

Porém, a mudança de escala projeta efeitos inesperados ou impasses que geram modificações no formato do movimento, como demonstram as dificuldades enfrentadas pela MMM em funções de particularidades morais e culturais de coletivos que se juntam à Marcha, bem como projeta conflitos e disputas pelo significado de feminismo e pela hegemonia no movimento (as provocações entre a MMM e MV demonstram a disputa discursiva).

A utilização das categorias repertório e *performance* para discutir o ativismo feminista transnacional

O feminismo, ao longo de mais de um século de existência, desenvolveu um cardápio variado de repertórios de ação que marcaram as mobilizações subsequentes, tanto das feministas quanto dos diversos movimentos de mulheres que surgiram reproduzindo ou contestando os repertórios utilizados comumente nas mobilizações. Cremos que o mesmo pode ser dito em relação às performances do movimento feminista, as quais, em muitos momentos, romperam padrões morais fortemente arraigados na sociedade ocidental.

Ao longo de mais de um século, as mulheres tomaram as ruas e mudaram as relações públicas e privadas. Algumas vezes as manifestações acabaram em conflito, muitas outras aconteceram de forma pacífica. Embora estas afirmações sejam inquestionáveis, nelas as categorias repertório e performance estão desprovidas de um significado acadêmico. A proposta, neste momento, é pensá-las enquanto conceitos, ou seja, como ferramentas que contribuem para a compreensão do ativismo feminista contemporâneo. Assim, os conceitos serão apresentados e debatidos considerando os exemplos das marchas.

Os repertórios de confronto, segundo a definição de Tilly e Tarrow em seu livro *Contentious Politics* (2007), constituem formas rotineiras de fazer reivindicações levando-se em consideração um determinado local e período. Os repertórios podem variar, mas sempre dentro dos limites dados por um cardápio de repertórios previamente estabelecidos para um lugar, tempo e antagonistas. Tarrow vai dizer que:

O repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam (TARROW, 2009, p. 51).

Tilly vai demonstrar, em seu livro *Regimes and Repertoires* (2006), como se estabelecem as relações entre os diferentes regimes políticos e os repertórios de ação coletiva, os quais podem ser proibidos, tolerados ou estimulados pelos diferentes regimes. Dependendo de como são considerados os repertórios dentro de um determinado regime político, seus custos e riscos serão avaliados de forma distinta, facilitando ou dificultando — e no limite obstaculizando — a sua ocorrência. Ou seja, a adoção de certos repertórios de ação está relacionada às tradições culturais de uma sociedade, mas também à leitura dos ativistas acerca das oportunidades e restrições políticas existentes e dos custos da ação.

A partir disso, perguntamos: os conceitos de repertório e de performance padecem de um engessamento por estarem limitados a um cardápio previamente estabelecido? São conceitos estanques e, em consequência, pouco explicativos? A Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias pertencem ao mesmo repertório de ação coletiva? São variações do mesmo cardápio? As distinções correspondem às diferenças estruturais e/ou culturais das ativistas?

Não compreendemos o conceito de repertório como estanque, embora ele delimite as opções existentes, para um dado tempo e local, das formas aceitáveis de se promover ações coletivas. Apesar da limitação, ele permite explicar por que no Brasil há determinados repertórios de protestos e não outros.

A inscrição cultural dos repertórios de ação é um aspecto muito interessante. Por exemplo, os autores do confronto político falam que alguns repertórios se tornaram modulares com o passar do tempo: as marchas em espaços públicos, os movimentos sociais nacionais etc. No entanto, o sentido que vai ser dado a essas marchas ou protestos são os/as próprios/as desafiantes e suas lideranças que estabelecem no decorrer do processo contencioso, ou seja, não é dado *a priori*.

Além disso, os/as ativistas tendem a inovar dentro de um leque de formas de ação previamente conhecidas, incorporando símbolos novos que ressaltem certas particularidades das suas lutas. Nesse sentido, a noção de performance é complementar a de repertório, pois nas ações pontuais é que são feitas as inovações, as quais podem vir a fazer parte dos repertórios (do cardápio de formas conhecidas de realizar mobilizações) na medida em que passarem a ser recorrentes.

Apesar da complementariedade, a noção de performance se mostra menos estática. Performances são improvisações em circunstâncias particulares de *scripts* compartilhados, porém, “inovações ocorrem incessantemente em pequena escala, mas para se tornarem reivindicações efetivas precisam ser reconhecíveis pelos envolvidos na relação de confronto” (TILLY; TARROW, 2007, p. 12, *tradução nossa*).

As duas marchas têm em comum o sujeito inicial que dá sentido ao coletivo (mesmo que diversificado como vimos), a forma de ação (marcha), o local (espaço público, as ruas), o público (a imensa maioria dos participantes são mulheres, embora cruzem outros tantos marcadores) e utilizam as mesmas ferramentas para apresentar suas reivindicações (panfletos, cartazes com *slogans*, muitos deles tradicionais no

“repertório” do movimento feminista). Será que o repertório é o mesmo e as diferenças retratam apenas uma nova onda do feminismo ou apenas uma mudança geracional?

Pensamos que o repertório modular é o mesmo, mas as inovações presentes em cada uma das marchas atribuem sentidos diferentes a elas. As ativistas inovaram sobre um repertório conhecido, trazendo elementos simbólicos vinculados à defesa de certos aspectos pontuais de suas lutas. No caso da Marcha das Vadias, as ativistas retomaram e inovaram sobre um repertório constante das lutas feministas: a utilização dos próprios corpos como bandeira de luta. A inovação está na performance, quando as manifestantes se apresentam nuas ou seminuas e utilizam inscrições no corpo para defender a autonomia em relação ao uso de seus corpos e questionar a culpabilização das mulheres vítimas de violência pelos atos cometidos contra elas.

A Marcha Mundial das Mulheres também utiliza repertórios conhecidos dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, inovando ao relacionar bandeiras tradicionais do movimento operário ou camponês às bandeiras feministas. Além disso, incorpora algumas performances locais, como é o caso da “batucada” no Brasil.

No entanto, as marchas são muito distintas no que se refere às participantes e aos seus propósitos, embora se situem sob o amplo guarda-chuva dos feminismos. A MMM está vinculada diretamente às grandes lutas sociais (pelo direito à terra e pelo fim da exploração capitalista) e os diferentes marcadores presentes (étnico/racial, orientação sexual, classe social) foram inviabilizados na tentativa de construção de um sujeito homogêneo mulher. Embora a categoria apareça no coletivo, na MMM ela não consegue abarcar a diversidade de lutas das distintas mulheres, negras, indígenas, lésbicas e transexuais. As “outras mulheres” acabam por construir suas próprias marchas, como a Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Negras, Marcha das Mulheres Indígenas. Já a MV é um movimento formado em sua maioria por jovens mulheres com alta escolaridade, pertencentes às classes médias, que reivindicam respeito à diversidade e autonomia sobre o próprio corpo.

Considerações finais

A proposta do artigo foi pensar a temática do ativismo feminista transnacional a partir da discussão da noção de transnacionalidade e das categorias repertório de ação e performance, focando em dois exemplos contemporâneos de ação coletiva de luta por direitos das mulheres: a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias.

Acordamos que ambas as marchas se constituem como redes transnacionais de ativismo feminista (ou de mulheres) que apresentam práticas distintas, embora

atuem sob o mesmo guarda-chuva (feminismo), contribuindo para ressignificar a agenda política discursiva do movimento feminista. Por outro lado, a atuação transnacional, com a incorporação de coletivos tão diversos, gera impasses e conflitos.

Constatamos que os conceitos de repertório de ação e de performance contribuem para pensar o ativismo feminista contemporâneo. A utilização por parte das duas marchas estudadas do mesmo repertório modular parece confirmar a afirmação de que existe um limite de opções das formas aceitáveis de promover ações coletivas, as quais estão relacionadas às variáveis tempo e espaço. Porém, as distintas performances presentes nas ações das marchas também levam a crer que as ativistas inovam sobre um repertório já conhecido.

Por fim, acreditamos que o diálogo entre olhares acadêmicos distintos (Ciência Política e Sociologia) sobre uma determinada problemática, e a consequente necessidade de elasticidade para acordos possíveis, demonstram o quanto o trabalho conjunto é instigante e levanta questões para uma nova agenda de pesquisa.

Como apontado no artigo, as dinâmicas de confronto envolvem, cada vez mais, outras organizações além dos Estados Nacionais. No entanto, este ainda possui, ao menos nos países democráticos, a prerrogativa de monopólio do uso legítimo da força dentro de um território para a manutenção da ordem social. Nesse sentido, como pensar as ações coletivas de confronto que ultrapassam as fronteiras nacionais? O que há de comum e de múltiplo entre elas?

Em que medida as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), que possibilitaram o surgimento da internet e das redes sociais, têm propiciado a construção de novos espaços de socialização e de produção de referências culturais, interferindo diretamente nos processos de confronto político (na arregimentação de participantes, na difusão de repertórios, nos enquadramentos interpretativos)?

Referências

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ADRIÃO, Karla; MALUF, Sônia; TONELLI, M. Juracy. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-681, 2011.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014.

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (Org.). **Teoria feminista: de la Ilustración a la globalización**. Madrid: Minerva Ediciones, 2010.

BARCELOS, Márcio; MAZZILLI, Matheus; SILVA, Marcelo K. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **BIB**, São Paulo, n. 82, p. 13-40, set./dez. 2017.

BENHABIB, Seyla. **Democracy and difference**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, mai./ago. 2008.

CAMMM. **Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2019.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Los movimientos sociales**. Madrid: UCM, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOLDSTONE, J. A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields. **Theory and Society**, New York, v. 33, p. 333-365, 2004.

FEMINISMO em movimento: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres. São Paulo, abril de 2019. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/feminismo-em-movimento-caderno-de-apresentacao-da-mmm>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 295-307, mai./ago. 2007.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Revista Latinoamericana), n. 25, p. 231-255, abr. 2017.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 29, n. 2, p. 443-447, mai./ago. 2014.

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. **Redobra** 11, ano 4, número 1, p. 68-79, 2013.

JABARDO, M. V. **Feminismos negros**: una antología. Madrid: Traficantes de sueños, 2012.

MASSON, Dominique. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, p. 445-459, set./dez. 2006.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. **Íconos** (Revista de Ciencias Sociales), Quito, n. 45, p. 91-107, septiembre 2013.

MOND, Nadia de. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 637-643, jul./dez. 2003.

NAGAR, Richa. Footloose researchers, “traveling” theories, and the politics of transnational feminist praxis. **Gender, Place and Culture**, v. 9, n. 2, p. 179-186, 2002.

PATIL, Vrushali. Transnational feminism in sociology: articulations, agendas, debates. **Sociology Compass**, v. 5, n. 7, 540-550, 2011.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PISCITELLI, Adriana. Transnational sisterhood? Brazilian feminisms facing prostitution. **Latin American Policy**, v. 5, n. 2, p. 221-235, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130. jan./abr. 2006.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THAYER, Milie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103–130, 2001.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: The University Chicago, 2006.

TORNQUIST, Carmen S.; FLEISCHER, Soraya R. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 291-312, jan./abr. 2012.

YOUNG, Iris. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Endereço para correspondência:

Rosângela Marione Schulz – rosangelaschulz@gmail.com
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 3º andar – Centro
96010-770 Pelotas/RS, Brasil

Cláudia Tirelli – ctirelli@unisc.br
Av. Independência, 2293 – Universitário
96816-501 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil

